

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DR. SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Relatório do Código Ambiental será apresentado até o dia 24

Considerado mais complexo do ano, projeto de origem do Executivo engloba 26 leis estaduais



Jonas Lemos Campos

Deputado Titon (segundo à direita) adia entrega de relatório na CCJ para aperfeiçoar texto



Jonas Lemos Campos

Empresários do agronegócio entregam abaixo-assinado em carrinho de mão

Página 3

Parlamento presta homenagem aos contabilistas de Blumenau

Miriam Zomer



Ato solene destaca 20 anos do Sesccon de Blumenau

Página 4

Lançada Campanha da Fraternidade

Eduardo Guedes de Oliveira

Sessão especial realizada no Plenário Osni Régis, dia 16, marcou o lançamento da Campanha da Fraternidade, promovida anualmente pela Igreja Católica. Com o lema "A paz é fruto da justiça", a campanha mobiliza a sociedade em torno da segurança e justiça social, consideradas inseparáveis na busca de uma vida plena.

Em discurso, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, defendeu a concepção de uma nova sociedade que saiba conjugar o verbo repartir.



Sessão especial lota Plenário Osni Régis

Páginas 4 e 5

Legislativo instala Comissão de Pesca e Aquicultura

Página 6

Aposentadoria abre vaga de conselheiro no TCE

Página 7

Deputados conhecem processo informatizado para Orçamento 2010

Página 6

OPINIÃO

A política, a raposa, os búfalos e os gansos

A política sempre foi e sempre será para mim o conceito passado pelo meu avô, o ex-deputado Honorato Tomelin: um sacerdócio. A política necessita espírito público, necessita o servir e principalmente o respeito à democracia e ao contraditório. Porém, a sociedade tem uma imagem diferente da classe política.

E não é para menos. Conceitua a política como um ato de interesses particulares, da utilização do poder para servir-se e de um emaranhado de decisões ditatoriais. O pior é que existem inúmeros exemplos que comprovam a opinião da sociedade. A própria classe política, infelizmente deixou este exemplo, comprometendo o todo pela parte. A raposa é sempre utilizada para exemplificar a política, primeiro por seus hábitos noturnos. Segundo, porque age sozinha e na calada da noite. Terceiro, porque esconde sua caça em até 20 lugares diferentes, assalta galinheiros, e mata muito

mais do que necessita para sua sobrevivência.

É preciso mudar esta realidade, pois isso transforma sociedade e seus legítimos interesses em uma bomba-relógio. Talvez a natureza possa nos mostrar o caminho. Os búfalos já são uma forma mais evoluída, mas não ainda a ideal. Eles elegem um líder e o seguem fiel e rigorosamente pela vida inteira. Isso pode levar a manada para algo muito positivo ou para o seu próprio fim.

Mas certamente os gansos são exemplos mais duradouros e confiáveis. Pois quando visualizamos um bando formando um grande "V" no céu, nos perguntamos o porquê desta forma de voar. A resposta é que quando cada um bate as asas ajuda o da frente a voar e isso faz com que todos economizem 71% da energia que gasta uma ave para voar sozinha. Porém, o que está na frente e que gasta mais energia para voar, reveza na liderança. E se

um ganso se machuca ou é ferido, dois ou três saem junto do bando e o acompanham ou até que se recupere ou até que morra. Ou seja, os gansos são solidários.

Acredito no modelo de revezamento da liderança. E vou lutar por isso, por esta mudança e tenho certeza que os tucanos seguirão o exemplo dos gansos. Acredito no PSDB de Teotônio Vilela, de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, de José Serra, de Paulo Renato de Souza, de Geraldo Alckmin, de Artur Virgílio, de Maurício e Gustavo Fruet, de Leonel Pavan, de Aécio Neves, José e Beto Richa, de Dalirio José Beber, de Luiz Carlos Mendonça de Barros, de Jacó Anderle e tantos outros. O PSDB da coragem. O PSDB da dignidade. O PSDB da inclusão. O PSDB construtor das bases, do verdadeiro desenvolvimento brasileiro.

Deputado Giancarlo Tomelin (PSDB)

O coletivo é responsabilidade pessoal

Num país onde a palavra permissividade é largamente aplicada, poucos sabem o que é responsabilidade pessoal. Por isso, quando os problemas aparecem, um grupo de indivíduos se queixa amargamente de que o país vai mal por conta desse ou daquele, imputando a responsabilidade tão-somente à classe política. Olham as esferas do governo (federal, estadual e municipal) como se a Pátria fosse composta por uma grande e generosa mãe responsável por absolutamente tudo e todos.

Estamos acostumados, no Brasil, a discutir se estamos ou não a caminho do primeiro mundo, se temos ou não as mesmas liberdades e direitos de sociedades consagradas. Quando nos queixamos, muitos de nós temos ideias brilhantes para acabar com a fome, irrigar o Nordeste, criar frentes de trabalho, aumentar o salário mínimo sem que as empresas reclamem e desempreguem, desenvolver

o parque fabril nacional e acabar com o narcotráfico, a prostituição e a bandidagem. A lista de queixas é longa e os motivos são justos, convenhamos. Mas onde fica nossa responsabilidade pessoal nessa confusão verde e amarela?

Queixar-se e criticar é fácil, bem mais fácil do que trabalhar, porque arregaçar as mangas e remar contra a maré requer competência, ousadia e, especialmente, coragem. Quantos de nós estamos, de fato, dispostos a abraçar causas em prol do coletivo? Você está?

É verdade que, em algumas instâncias, o Estado deve providenciar cuidados para que mazelas sejam resolvidas. Mas nos cabe a responsabilidade pessoal de irmos em busca daquilo que desejamos e precisamos resolver, não somente em função da nossa alegria e bem-estar pessoal, mas, também, por conta do outro, a quem chamamos de irmãos e irmãs.

Você está fazendo isso, minha

amiga? Se não está, faça! Eu estou fazendo! Preocupar-se com o coletivo é nossa responsabilidade pessoal. À mulher, acredito, cabe uma responsabilidade mais ampla e pesada – o que não a impede de fazer a lição de casa de forma competente e eficaz. Afinal, cuidando da casa, dos filhos, do marido, da empresa, de tudo ao mesmo tempo, estamos nos saindo bem. Aliás, estamos nos saindo extraordinariamente bem há quase um século.

Agora falta ampliarmos nossas competências para cumprirmos com nossa responsabilidade e pensarmos no que podemos fazer pela política da nossa cidade, já! Para que não tenhamos que terminar nossos dias nos queixando de que fomos esquecidas pelo mundo masculino. Se isso acontecer, será culpa nossa, porque não assumimos nossa responsabilidade pessoal!

Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)

Novos estagiários no Parlamento

Novos estagiários ingressaram no Parlamento catarinense através da assinatura de contrato com a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos (Fepese) e foram recebidos pelo presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB). Das 17 contratações assinadas dia 18, no gabinete da Presidência, sete foram renovações. O objetivo é o aperfeiçoamento profissional dos estudantes universitários, a troca de experiências e o fortalecimento do Poder Legislativo.

Jorginho Mello iniciou o encontro ressaltando a importância do trabalho dos estagiários na Assembleia, as atividades parlamentares que afetam diretamente a vida da população catarinense. "A Assembleia Legislativa espera que vocês consigam fazer um trabalho diferenciado, não só no sentido de aprender, mas de trazer para nós ideias

novas e modernas", disse ele, sobre o novo momento de cada um dos estudantes.

Os estagiários foram unânimes quando perguntados sobre o novo desafio. "Esta é uma oportunidade única que o Poder Legislativo nos proporciona para obter experiência profissional", disse Luiz Hames, 21 anos, estudante do 7º período de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo.

Também da área de comunicação, mas com habilitação em Publicidade e Propaganda, falou Helena Machado de Souza, 19 anos, do 5º período. "Estagiária na Assembleia Legislativa me dará uma grande oportunidade de conhecer melhor este Poder". Oportunidade única, conhecimento e futuro profissional é a expectativa de Marcos Vieira, 23 anos, estudante de Engenharia de Produção.

[AGENDA]

• **Dia 24, 9 horas** - Exposição "Via Crucis do Boi Quaresma", da artista plástica Norma Martins Tavares
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 24, 19 horas** - Lançamento do livro "Radioamadorismo no Brasil - História e atuação", de Amauri Toccolini Felski
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 25, 19 horas** - Comissão de Transportes - Audiência pública para discutir a implantação da Praça de Pedágio no Km 221 da BR - 101, em Palhoça
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 26, 16 horas** - Sessão solene em comemoração ao "Jubileu de Prata" da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau (AMPE)
Local: Auditório do Vila Park Hotel - Blumenau

• **Dia 26, 19 horas** - Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - Audiência pública para criação da Defensoria Pública em Santa Catarina
Local: Auditório da UnoChapecó - Chapecó

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Código Ambiental tem semana decisiva

Relatório do projeto que engloba 26 leis estaduais será apresentado até dia 24 na Comissão de Constituição e Justiça

Fotos: Jonas Lemos Campos

Graziela May Pereira

Considerado o mais complexo e importante projeto de lei dos últimos tempos, o Código Ambiental Estadual ainda traz dúvidas aos catarinenses, inclusive ao seu relator na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon (PMDB). O parlamentar, que iria ter entregue seu substitutivo global no dia 17, adiou a apresentação para esclarecer certos pontos do texto.

O relatório será entregue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até o dia 24. Depois de ser analisada na CCJ, a proposta irá às Comissões de Finanças, Agricultura e Meio Ambiente. O Projeto de Lei n.º 238/08 será analisado até o dia 31, quando entrará em votação em plenário.

De autoria do Executivo, a proposta que unifica 26 leis estaduais sobre o meio ambiente chegou ao Legislativo em julho de 2008, foi discutida em 10 audiências públicas realizadas por todo o estado e teve sua tramitação estendida para 2009. Na Casa, recebeu 216 emendas parlamentares, sendo que cerca de 40% delas foram aproveitadas pelo relator.

APPs

Entre as principais divergências, Titon aponta a leis que

seriam revogadas pela proposta e a redução de Áreas de Preservação Permanente (APP). "Procurei me cercar de toda a ajuda possível para tentar fazer este projeto bom para todos. Nossa preocupação é saber se a legislação que está sendo extinta está contemplada neste código", disse.

O ponto mais divergente do projeto é a redução das APPs, que contraria o Código Florestal Brasileiro. O código nacional obriga a preservação de trechos localizados a 30 metros das margens de rios e cursos de água.

Pelo projeto do Código Ambiental de Santa Catarina, o recuo seria reduzido a até cinco metros. Titon afirmou que o projeto propõe uma metragem mínima e uma máxima, de acordo com a largura do rio, podendo chegar a um mínimo de cinco metros.

A redução da margem beneficiaria os agricultores, já que alguns têm parte da sua propriedade inviabilizada por causa da área para preservação. "Trabalhamos no sentido de que as normas federais devam dispor sobre regras gerais, cabendo aos estados legislar sobre as regras específicas. E é isso que estamos fazendo, respeitando as particularidades de Santa Catarina."

A redação do artigo que trata



Titon (Centro na mesa) decidiu adiar apresentação do relatório, prevista para o dia 17, para esclarecer pontos do projeto

das APPs, segundo Titon, ainda não é consenso. "Ela deve ser melhorada. Não estou convencido de qual é a melhor solução, mas já melhoramos bastante a redação. O que não estava claro é que não é permitido suprimir vegetação, ou seja, quem tem 30 metros preservados não poderá derrubar 25 pra chegar até o mínimo. Isso a Lei da Mata Atlântica não permite, e deixamos isso claro no texto", completou. Titon destacou também a possibilidade de se adotar

novas metragens, caso estudos técnicos da Epagri comprovem esta necessidade.

Avanços

Para Romildo Titon, o projeto traz avanços porque apresenta novos conceitos. Entre eles, a criação do programa de pagamento por serviços ambientais, que possibilita a compensação financeira ao agricultor pela preservação de recursos naturais.

Entre os maiores avanços, se-

gundo Titon, está o Fundo de Compensação Ambiental e Desenvolvimento (FCAD), instrumento criado com a finalidade de gerenciar os recursos provenientes de fundos e organismos internacionais e termos de ajuste de conduta. "Este é o nosso maior avanço. Vai beneficiar a todos, mas ainda é preciso regulamentá-lo". No texto, Titon afirma que esse artigo deve ser regulamentado pelo governo numa lei complementar específica em, no máximo, 180 dias após aprovação do novo Código.

Agronegócio dá aval com 61,7 mil assinaturas



Produtor entrega abaixo-assinado, com 15 volumes, a Jorginho Mello

Instituições que representam o agronegócio em Santa Catarina, reunidas dia 19, em São José, entregaram ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), 61.766 assinaturas de apoio ao projeto que institui o Código Ambiental de Santa Catarina. O abaixo-assinado de produtores e empresários rurais de 15 volumes foi entregue num carrinho de mão. De acordo com o setor produtivo catarinense, o excesso de normas ambientais e a falta de racionalidade estão inviabilizando a cadeia do agronegócio.

O porta-voz do agronegócio em Santa Catarina, presidente da Cooperativa Rio do Peixe (Coperio), Décio Sonaglio, lembrou que a legislação federal enquadra 30% do território catarinense como área de preservação permanente, inviabilizando a atividade dos produtores rurais. "É uma injustiça com o produtor que já preserva sua propriedade e o pouco da área que aproveita está condicionado às questões do código federal."

Décio alertou que a aplicação da lei ambiental, da forma como está, colocará na ilegalidade 40% das 180 mil pequenas propriedades rurais de Santa Catarina.

O presidente da Assembleia afirmou que os 40 deputados estão trabalhando de forma responsável na análise e aprimoramento do código, adaptado à realidade catarinense, onde, segundo ele, o vencedor será o bom senso. "Santa Catarina é um estado de pequenas propriedades rurais, onde não se pode desperdiçar sequer um metro de terra. Queremos aprovar um código ambiental que permita a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico e que seja exemplo para o Brasil", afirmou.

Outro documento entregue pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) reivindica a inclusão, no projeto do Código Ambiental Estadual, que os planos diretores municipais sejam responsáveis pelas questões do meio ambiente no perímetro urbano.

Entidades

O encontro do agronegócio foi promovido pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (Faescc), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiescc), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Fecam, Sindicato da Indústria do Arroz de Santa Catarina (Sindarrozo), Sindicato das Indústrias de Carnes (Sindicarnes), Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados (Sindileite), Associação Catarinense de Avicultura (Acav), Associação Catarinense dos Produtores de Suínos (ACCS) e Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM).

INSTITUCIONAL

Ato solene presta homenagem aos contabilistas

Miriam Zomer



Cerimônia destaca 20 anos do Sesccon de Blumenau

Andreza de Souza

A Assembleia Legislativa dedicou um ato solene para homenagear os 20 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Blumenau e região (Sesccon/Blumenau).

Proposta e conduzida pelo deputado Renato Hinnig (PMDB), a cerimônia realizada no Auditório Antonieta de Barros teve a participação de vários representantes da área contábil do estado.

Em nome do presidente do Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), Hinnig agradeceu a presença de todos e se disse honrado em prestar a homenagem à categoria.

"Este momento é mais do que justo, pois coroa de êxito o trabalho realizado por todos os ex-presidentes, diretorias e todos aqueles que dedicam parte do seu tempo aos interesses dos associados. O Sesccon de Blumenau é um grande exemplo de como se trabalha o associativismo".

O parlamentar concluiu seu discurso desejando sucesso na trajetória da entidade. "Com certeza

estaremos aqui outras vezes para comemorar as vitórias da classe contábil de Santa Catarina".

Em nome dos ex-presidentes, Gelásio Francener - quarto presidente do sindicato, que ocupou a função no período de 2004 a 2007 - falou da satisfação e da alegria de comemorar junto com seus colegas os 20 anos da entidade. Lembrou a trajetória difícil do sindicato e dos tempos sem tecnologia, quando os profissionais tinham que preencher formulários à mão, destacando a facilidade das ferramentas inovadoras da atualidade. "Trabalhamos ano após ano para a especialização e capacitação dos profissionais", ressaltou.

O quinto e atual presidente do Sesccon de Blumenau e região, Leomir Antonio Minozzo, relembrou os momentos de lutas e vitórias, a busca pela união da categoria e pela justiça fiscal e tributária.

"Reconhecemos o trabalho das gestões anteriores responsáveis pelo êxito dessas duas décadas", observou. Segundo ele, hoje a principal bandeira da área contábil é pela redução da carga tributária e burocracia vigente no país.

Saiba mais sobre o Sesccon

Constituído em 20 de março de 1989, o Sesccon é uma organização com sede e foro na cidade de Blumenau criada para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal das categorias econômicas das empresas de serviços contábeis e de assessoramento, perícias, informações e pesquisas. A entidade tem como missão a defesa do interesse das categorias representadas, aprimorando profissionalmente os associados e seus colaboradores, realizando parcerias, convênios e contribuindo para o progresso da sociedade.

Condecorados

Olímpio Moritz – 1º presidente – período 1988/1991 e 1991/1994

Aldo Leopoldo Hinsching – 2º presidente – período 1994/1997

Carlos Victorino – 3º presidente – período 1997/2000 e 2000/2004

Gelásio Francener – 4º presidente – período 2004/2007

Leomir Minozzo – 5º presidente – desde 2007



Público lota Plenário Osni Régis para acompanhar cerimônia que dá largada à campanha de 2010

Sessão especial marca lançamento da Campanha da Fraternidade

Igreja Católica elege para ano lema "A paz é fruto da justiça" em busca de uma vida plena para a sociedade

Suzana Couto Tancredo

Sessão especial, dia 16, marcou o lançamento da Campanha da Fraternidade, promovida anualmente pela Igreja Católica, tendo como tema na edição deste ano "Fraternidade e Segurança Pública" e lema "A paz é fruto da justiça". Na ocasião, foi exibido vídeo institucional fazendo alusão ao tema da campanha, com depoimentos de profissionais como jornalistas e psicólogos, e da comunidade em geral, mostrando que a segurança e a justiça social são inseparáveis na busca por uma vida plena para todos.

Ao falar para uma plateia repleta, o requerente da sessão, deputado Padre Pedro

Baldissera (PT), definiu a sessão como um espaço para reflexão e destacou que o grande mérito da campanha está em trazer à tona problemas que afetam a todos: fraternidade, segurança pública, paz e justiça.

De acordo com Padre Pedro, para que se reduza a desigualdade entre as pessoas e para que todos tenham acesso à Justiça, "precisamos vencer a barreira social que assola o país". O parlamentar lembrou que foi registrada recentemente uma redução de 20 milhões de pessoas que viviam na miséria e uma queda, nos últimos anos, de 17% no número de pobres no Brasil.

O líder do PDT na Casa, deputado Sargento Amauri Soares,

como representante da área da Segurança Pública, elogiou a iniciativa. "Não poderia ter sido escolhido tema melhor, tendo em vista que a violência tem alcançado níveis cada vez mais elevados na sociedade", observou.

O deputado lembrou que o assunto é um dos principais problemas apontados pela população, que não vislumbra nenhum tipo de justiça, principalmente a social. Segundo ele, a população não tem acesso a direitos assegurados pela Constituição, como educação, cultura, entre outros. "A campanha oportuniza aos profissionais da Segurança Pública a chance de melhorarem como profissionais e melhorarem a instituição".



Arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, defende uma nova sociedade, pautada pelo verbo repartir



Proponente da sessão, deputado Padre Pedro destaca que acesso à Justiça reduz as desigualdades sociais

"Quando o medo domina, a paz desaparece", prega arcebispo

Em seu discurso, o arcebispo de Florianópolis, Dom Murilo Krieger, afirmou que "numa sociedade justa e solidária, a paz nasce da justiça".

Ele defendeu uma nova concepção de sociedade, que aprenda a conjugar o verbo repartir. "Ela deve ser obra de todos, pois quando o medo domina, a paz desaparece. Numa sociedade justa e solidária, é essencial que a justiça esteja presente".

O secretário arquiocesano da Pastoral da Juventude de Santa Catarina, Guilherme Pontes, por sua vez, definiu a importância da Campanha da Fraternidade deste ano para os jovens, já que, segundo ele, "a maior parte da juventude que se envolve no mundo da criminalidade, o faz por falta de opção".

De acordo com dados que apresentou, 60% dos presos em Florianópolis são jovens, que representam também a maior parte dos envolvidos em homicídios. "Somente a justiça e a paz, fruto da inclusão, pode diminuir essas estatísticas".

Na sessão, a coordenadora da Campanha da Fraternidade da Arquidiocese de Florianópolis, Adelir Raupp, alertou para o que chamou de "convocação da igreja para olhar para o problema da insegurança", salientando que não pode haver paz sem que haja desenvolvimen-

to. "Não é possível pensar em paz sem pensar em políticas públicas voltadas aos excluídos."

Representando o secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, o superintendente da Polícia Rodoviária Federal de Santa Catarina, Luiz Ademar Paes, salientou que enquanto os direitos básicos não forem assegurados ao cidadão, a luta do policial rodoviário não pode parar. "O tema da campanha foi muito bem escolhido, pois a criminalidade cresce a cada dia. Todas as instituições precisam estar unidas e atentas para o problema", avaliou Paes.

Para o secretário executivo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/Região Sul 4), Francisco de Assis Wloch, a Campanha da Fraternidade é uma graça recebida de graça. Lembrou que antes os temas da campanha contemplavam mais as questões internas da igreja, mas a consciência da situação de miséria e exclusão levou à mudança de paradigmas.

O coordenador da Pastoral Carcerária de Santa Catarina, Padre Célio Ribeiro, lembrou, por sua vez, que o estado possui atualmente 12.500 presos para 6.500 vagas, configurando uma superlotação que, em sua opi-

nião, é uma palavra suave para expressar o problema. "Quando se trata de justiça, o estado deve se perguntar qual é o tipo de justiça e como se dá o acesso à ela pela população, já que a paz é fruto da justiça", observou.

Defensoria Pública

Uma das linhas de ação da Campanha da Fraternidade de 2009 em Santa Catarina é a luta pela implantação da Defensoria Pública. Santa Catarina é o único estado que não criou a estrutura, contrariando a Constituição Federal. A Defensoria Dativa, da OAB, presta o serviço à população hoje.

Segundo o requerente da sessão, deputado Padre Pedro, "contrariando a Constituição, a falta da Defensoria Pública impede que os mais humildes tenham acesso à justiça e aos seus direitos".

"Se houvesse Defensoria Pública no estado, muitos não seriam vítimas de prisão em Santa Catarina", declarou padre Célio Ribeiro.

O líder do PDT, deputado Sargento Soares, concluiu afirmando que "a criação da Defensoria Pública, o acesso à justiça e a equidade social devem ser uma busca constante da sociedade".



Conselheiro Salomão Ribas fala sobre conjunto de valores sociais

Solenidade abre ano maçônico

Denise Arruda Bortolon

Os trabalhos do ano maçônico foram formalmente abertos, no auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa. O local foi pequeno para o grande número de parentes que prestigiaram a solenidade. O evento, de grande importância para os maçons, contou com a presença de autoridades dos três poderes e de civis, já que é uma cerimônia aberta.

A maçonaria, representada pelo Grande Oriente do Estado de Santa Catarina, Grande Oriente de Santa Catarina e Grande Loja de Santa Catarina, sob o comando dos grãos – mestres José Domingos Rodrigues, Ib Silva e Rubens Franz, respectivamente, tem como finalidade a investigação da verdade, o culto da moral e a prática da solidariedade.

Ela busca incentivar o progresso intelectual e social, estender a todos os homens os elos fraternais que unem os maçons, lutando contra todas as manifestações de ignorância, fanatismo e superstição, que para eles são

os maiores males que afligem a humanidade.

Palestra

O encontro foi marcado pela palestra "Crise, ética e sociedade", ministrada pelo conselheiro do Tribunal de Contas e membro maçom, Salomão Ribas Júnior. Inspirado em personagens como Robinson Crusoe, ele falou sobre o conjunto de valores denominada ética e a sua principal diferença da moral.

"Não devemos confundir ética com moral. A moral é marcada por preceitos e varia com o tempo. É o que foi imposto pela sociedade. Enquanto ética são os valores escolhidos com a finalidade de ter bons costumes. É o que pensamos ser bom", explicou Ribas Júnior.

Ainda segundo ele, a crise econômica que assola o mundo e começou com a crise financeira tem, fundamentalmente, uma base ética. "O problema é estrutural. É a própria ética buscando amenizar as diferenças", declarou.

Conheça os preceitos da instituição

A maçonaria tem como preceitos obedecer as leis do país, viver com honra, praticar a justiça, amar seu semelhante, promover, por meios pacíficos e progressivos, o bem-estar e a emancipação da humanidade. Para esta instituição, o trabalho é um dos deveres e direitos fundamentais da pessoa e, como dever, exige de seus adeptos uma contribuição in-

dispensável ao melhoramento da coletividade.

Exige estudo metódico de seus rituais, a instrução recíproca das questões de maior relevância para a sociedade, a exaltação dos corações ao trabalho e à virtude, ao gozo em comum dos prazeres do espírito, aos laços de amizade e à prática da solidariedade humana.

COMISSÕES

Sistema informatizado para Orçamento 2010 é apresentado aos deputados

Site da Assembleia Legislativa disponibiliza link para acompanhar fluxograma e cadastrar emendas

Jonas Lemos Campos



Membros da Comissão de Finanças e Tributação recebem explicações sobre processo que está sendo implantado

Scheila Dziedzic

Servidores da Coordenadoria do Orçamento da Assembleia Legislativa apresentaram, dia 18, aos parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação o funcionamento do sistema informatizado para tramitação e apresentação de emendas ao orçamento de 2010.

Pelo site do Poder acessa-se o link Orçamento Estadual, onde o público encontra informações sobre o sistema além do fluxograma do Orçamento e dados das audiências públicas. Restrito aos deputados estão o sistema de cadastro de emendas e videoaula de como proceder para apresentação de propostas à peça orçamentária.

Também aberto ao público constam os textos integrais do Plano Plurianual (PPA), da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O presidente da comissão, Marcos Vieira (PSDB), destacou a eficiência da estrutura. Segundo ele, o sistema informatizado atende à necessidade dos servidores e parlamentares.

Vieira acrescentou que em abril será realizado um curso para capacitar os assessores parlamentares que irão trabalhar na tramitação do Orçamento Estadual de 2010.

Serão realizadas 13 audiências públicas, em junho, para definir as prioridades a serem apontadas pelo Orçamento Regionalizado. A Comissão de Finanças aguarda apenas a manifestação do presidente Jorginho Mello (PSDB) e dos demais membros da Mesa quanto à estrutura para realizar os encontros.

Sindicância em Joinville

Na Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), o deputado Kennedy Nunes (PP) denunciou, dia 18, o fato de Joinville, com 500 mil habitantes, ter ficado com apenas cinco delegados da Polícia Civil de plantão durante o Carnaval. O progressista lembrou que naquele feriado houve um assalto a uma rede de televisão privada. Disse que o proprietário

da emissora registrou boletim de ocorrência no domingo, sendo atendido apenas na quarta-feira de cinzas, no final da tarde, pelo Instituto Geral de Perícias (IGP).

“Qual local de crime que permanece igual, com sangue, digitais e materiais dos ladrões neste período?”, questionou o parlamentar. O secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedit, informou que abrirá sindicância.

Projeto das regiões metropolitanas volta a debate

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, dia 17, mais uma vez o projeto que institui seis regiões metropolitanas no estado voltou a mobilizar os deputados. A proposta, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, mas vetada pelo Executivo.

O líder do governo, depu-

tado Herneus de Nadal (PMDB), deverá se reunir com um grupo de parlamentares e representantes do Executivo para superar os obstáculos à matéria.

Nadal informou que já vinha mantendo contatos com o governo do Estado para que, no caso do veto ser rejeitado em plenário, a decisão não venha a sofrer contestação via judicial. Para o Executivo, há vício de

origem na matéria, e por isso acena com a possibilidade de apresentar outro projeto nesse sentido.

Os parlamentares, por sua vez, veem na matéria um caminho para ampliar os recursos federais para Santa Catarina. Entendem que a criação das regiões metropolitanas irá beneficiar os municípios catarinenses.

Instalada Pesca e Aquicultura

A Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa foi instalada, dia 16, sob a presidência do deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Criada com o objetivo de exercer função legislativa e fiscalizadora sobre os assuntos relativos à política pesqueira e aquícola estadual, a comissão trabalhará, especialmente, no campo da pesca artesanal, industrial, de subsistência e nos mais diversos aspectos do setor.

Conforme Padre Pedro, a comissão técnica foi criada diante da força e da tradição dos produtores catarinenses, já que o estado lidera a produção nacional de pesca e aquicultura.

O presidente disse que o objetivo é fomentar o desenvolvimento das potencialidades pesqueiras, com foco na geração de renda.



Padre Pedro: potencialidades

Sobre os programas em ação no setor, o petista disse que o trabalho da comissão será para harmonizar e integrar os incentivos federais e estaduais. “Vamos ter muito trabalho pela frente.”

Na reunião inaugural, os deputados Darci de Matos (DEM) e Adherbal Deba Cabral (PMDB) ressaltaram a importância das

atividades da Comissão de Pesca no estado diante dos números da produção e dos problemas existentes no setor.

Além de Padre Pedro, integram ainda a comissão os seguintes parlamentares: Edison Andriano (PMDB), Giancarlo Tomelin (PSDB), Professor Grando (PPS) e Reno Caramori (PP).

Visita

O ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), estará dia 20 em Florianópolis. Ele vai entregar máquinas e equipamentos à atividade pesqueira catarinense para aproximadamente 60 prefeitos.

A solenidade será realizada no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa.

Saúde elege vice-presidente

A Comissão de Saúde elegeu, dia 17, por unanimidade, a deputada Professora Odete de Jesus (PRB) como vice-presidente. Na reunião, o presidente Genésio Goulart (PMDB) agradeceu a permanência por mais um ano à frente da comissão e ressaltou o compromisso de todos. A Professora Odete também agradeceu a confiança dos seus colegas. “Esta comissão tem papel fundamental. Farei de tudo para honrar essa oportunidade.”

Na reunião, foi aprovada a realização de audiências públicas em Imbituba, Laguna, Tubarão e Braço do Norte, em datas a serem definidas, para debater a situação dos hospitais da região. Os parlamentares aprovaram a participação, na reunião da Comissão de Saúde,



Professora Odete: confiança

de representantes da Associação dos Hemofílicos de Santa Catarina para apresentar o projeto que trata da profilaxia primária. A hemofilia atinge o sistema de coagulação, que causa hemorragias nas musculaturas lisas e nas articulações.

PLENÁRIO

TCE abre vaga de conselheiro

Aposentadoria de Moacir Bertoli ocasiona vacância de assento, a ser preenchido pela Assembleia

A Assembleia Legislativa recebeu, dia 16, o ofício entregue pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro José Carlos Pacheco, ao presidente do Parlamento, Jorginho Mello (PSDB), comunicando a vacância de cargo de conselheiro, em razão da aposentadoria do conselheiro Moacir Bertoli. O documento foi lido, dia 17, na sessão ordinária, seguiu para a 1ª Secretaria para ser publicado no Diário Oficial da Casa.

O ofício registra que o preenchimento da vaga, por ser a primeira, é de competência da Assembleia, que comunica a abertura de inscrições para interessados. Após a leitura do ofício, o deputado Antônio Aguiar, líder da bancada do PMDB, indicou o nome do deputado Herneus de Nadal (PMDB) para a vaga.

Qualquer cidadão pode candidatar-se à vaga, que será definida pelo voto dos parlamentares. A inscrição deve ser feita em formulário próprio, disponível no endereço www.alesc.sc.gov.br, ou na 1ª secretaria da Mesa da Assembleia, gabinete número 102. Acompanhadas de documentação, elas devem ser realizadas de 24 a 30 de março. De acordo com a Constituição Estadual - artigo 61, inciso I, parágrafo 3º -, na primeira, segunda, quarta e quinta vagas do

TCE a escolha é de competência da Assembleia.

Critérios

O TCE, responsável por verificar se os administradores aplicam de acordo com a lei o dinheiro pago pelos cidadãos na forma de impostos, é composto por sete conselheiros. Quatro escolhidos pela Assembleia e outros três, com a aprovação do Legislativo, são nomeados pelo governador. Um deles é de livre nomeação do chefe do Executivo e dois são escolhidos, alternadamente, dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE, indicados em lista tripla, segundo critérios de antiguidade e merecimento.

O Tribunal, que também apura denúncias de irregularidade na gestão de recursos públicos e responde a consultas para esclarecer dúvidas dos gestores sobre a aplicação de leis e normas, ajuda a evitar desperdícios, desvios, fraudes e atos de corrupção, inclusive em licitações. O órgão também fiscaliza o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O conselheiro Moacir Bertoli, o mais antigo integrante do corpo deliberativo do TCE, apresentou, no último dia 3 de março, seu pedido de aposentadoria. Nomeado como conselheiro no dia 4 de junho de 1986, se aposenta depois de mais de 48 anos de exercício de atividades públicas e privadas.



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente lê ofício, que, de acordo com a Constituição Estadual, delega competência de escolha ao Legislativo

Saiba como é o processo de escolha

O ofício do presidente do Tribunal de Contas do Estado que comunica formalmente à Assembleia Legislativa a vacância do cargo de conselheiro é lido no expediente e depois publicado no Diário Oficial do Parlamento.

A partir da publicação inicia-se o prazo de cinco dias para a inscrição dos candidatos junto à 1ª Secretaria da Mesa.

Poderá se candidatar ao cargo qualquer cidadão brasileiro que tenha mais de 35 e menos de 65 anos de idade, idoneidade moral

e reputação ilibada, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública e mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional.

Encerrado este prazo, a lista com os candidatos será encaminhada à Mesa, que constituirá uma Comissão Especial composta por sete membros, respeitada a proporcionalidade das representações partidárias, para em até 10 dias analisá-la e sobre ela opinar.

Os nomes aprovados pela Co-

missão Especial serão encaminhados à Mesa, cabendo ao presidente da Casa providenciar sua publicação e inclusão na ordem do dia para deliberação.

O nome é escolhido em sessão ordinária, em turno único e pelo voto secreto da maioria relativa dos parlamentares. Em caso de empate, será escolhido o mais idoso. Concluída a votação, o presidente proclamará o resultado e a Mesa editará o decreto legislativo, enviando cópia ao governador para que proceda a nomeação do indicado.

Dreveck cobra ação dos governos contra crise

Os reflexos da crise econômica internacional já estão sendo percebidos pelo setor industrial catarinense. Um estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) aponta que 88% das empresas consultadas já sentem os efeitos, sendo que para 57% delas o impacto é "moderado" e para 43% é "bastante expressivo".

Entre os diversos problemas apontados, a falta de capital de giro foi destacada pelo líder do PP, deputado Sílvio Dreveck. Ele afirmou, na sessão do dia 19, que a crise é resultado também da falta de "vontade

política" dos governos federal e estadual. Para o parlamentar, os governos deveriam viabilizar linhas de crédito para auxiliar as empresas neste momento.

Dreveck indica como caminho os bancos públicos de fomento. "São instituições que vêm tendo lucro, mas não estão auxiliando o setor produtivo neste momento de crise, portanto, não cumprindo sua função", comenta. O líder do PP acrescenta que as reclamações dos governos sobre queda de arrecadação se tornam improcedentes, uma vez que não agem no sentido de acelerar medidas de socorro.

Matos quer Banco de DNA contra crime sexual

Para criar o Banco de DNA de Criminosos Sexuais no Estado, o Projeto de Lei n.º 27/09, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça, visa extrair, armazenar, conservar, catalogar e cadastrar amostra de material genético de criminosos que praticaram violência sexual contra adultos e crianças.

Segundo o parlamentar, os dados servirão para a identificação de criminosos sexuais. "A criação possibilitará o esclarecimento de crimes sexuais praticados por estupradores e pedófilos que, na maioria das vezes, quando presos, são soltos por falta de provas e voltam às ruas para novos crimes."

Dresch registra drama de produtores de mandioca

A cadeia produtiva da mandioca no estado continua tendo problemas nas questões ambientais. O deputado Dirceu Dresch (PT) trouxe o tema à tribuna na sessão do dia 19. Produtores, parlamentares e órgãos ligados ao segmento aguardam um novo Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Desde o ano passado estão sendo realizadas audiências públicas e reuniões para mudar regras para agricultores e empresários. Conforme Dresch, o grande problema da política da mandioca está na destinação correta dos resíduos da produção da farinha e do polvilho para que não afete as características ou inviabilize o solo.

Na reunião do dia 18 da Comissão de Agricultura e Política Rural, agricultores e o representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária

e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Enilto de Oliveira Neubert, pontuaram a necessidade de um novo TAC englobando todas as atividades de processamento do setor. O petista enfatiza que a comissão trabalha para intermediar a questão e buscar entendimento.

De acordo com a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), a recomendação é que existam três poços de monitoramento em cada propriedade, o que é considerado inviável pelo alto custo de construção. Os estudos da Epagri apontam que um poço é suficiente para monitorar e proporcionar condições para novas pesquisas sobre os resíduos, ideia que sensibilizou o Ministério Público e que poderá ser incluída no novo termo de conduta que o MP vai apresentar em 20 dias.

COMUNIDADE

Fotos: Carlos Kilian



Em reunião conduzida pela presidente do Fórum, deputada Ana Paula Lima, comunidade faz balanço das ações e pede apoio para recuperar agricultura e infraestrutura do município

Audiência pública renova esperança no Complexo do Baú

Fórum Parlamentar Permanente de Solidariedade realiza audiência pública em Ilhota

Tatiani Magalhães

Após quatro meses de luta para apagar as marcas de destruição provocadas pelas enchentes que atingiram o município de Ilhota, no Vale do Itajaí, em novembro de 2008, a Assembleia Legislativa, por intermédio do Fórum Parlamentar Permanente de Solidariedade e Pela Reconstrução das Cidades Atingidas, realizou dia 17 uma audiência pública na comunidade do Braço do Baú, região mais atingida. Cerca de 600 pessoas participaram do encontro, que durou aproximadamente três horas, entre eles parlamentares, vereadores e a comunidade, que espera ansiosa providências de caráter emergencial.

A presidente do Fórum, depu-

tada Ana Paula Lima (PT), conduziu o encontro atenta às reivindicações da população. "Estamos aqui para acelerar o processo de reconstrução do município a partir dos recursos disponíveis para isso. O Legislativo está cumprindo com o seu papel de fiscalizar as ações do Poder Executivo. Vamos buscar a liberação desses recursos destinados aos atingidos", ressaltou.

Ana Paula reconheceu que muito já foi feito, porém muita coisa ainda precisa ser recuperada, como estradas, pontes, creches e outros problemas coletivos têm de ser solucionados. "Muitos não perderam apenas bens materiais, mas seus familiares. O que vemos aqui hoje são pessoas sofridas que precisam de apoio",

ênfaticamente.

Na condição de presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb), Tatiana Reichert declarou que graças à solidariedade muitas ações vêm sendo realizadas e, aos poucos, Ilhota está se recuperando. Ela lamentou, no entanto, que a falta de recursos esteja tornando demorada a reconstrução das comunidades. "Um dos maiores problemas é a agricultura, que até agora não recebeu recursos."

Em nome da comunidade, ela pediu que o governo conceda o auxílio-reação aos agricultores, uma vez que o benefício só está sendo concedido às pessoas que perderam suas casas. "Muitos agricultores não perderam casas, mas sim plantações", lembrou.

Deputados vão cobrar ações

Representantes da região no Parlamento, os deputados Adherbal Deba Cabral (PMDB) e Giancarlo Tomelin (PSDB) manifestaram apoio às comunidades e se comprometeram a cobrar dos governantes ações concretas. "Queremos a recuperação da cidade e para isso estamos unidos", afirmou Deba.

Tomelin lembrou que sua ligação com a região é muito forte e familiar. "Sabemos que essa não é uma situação simples, mas vamos superar. Junto com os governos federal, estadual e municipal vamos encontrar uma solução para a situação".

Para os deputados democratas

Ismael dos Santos e Cesar Souza Júnior, é preciso fazer com que as verbas cheguem até os necessitados de forma urgente. "Essa é uma situação que passou e ainda passa por algumas fases como o susto, a solidariedade, ação política, o desatar de nós, a política financeira, enfim, uma série de fatores que estão presentes na recuperação do Braço do Baú", declarou Ismael.

Cesar Júnior destacou que, apesar da burocracia, no momento é preciso seriedade para que as ações possam acontecer. "O povo precisa voltar para suas casas e atividades, mas para isso são necessários recursos disponíveis".

Reunião com Executivo

O Parlamento encerrou a audiência pública assumindo a missão de procurar os órgãos competentes para fazer com que a comunidade possa receber ajuda e recursos necessários para recomeçar a vida. Os participantes saíram da reunião satisfeitos por terem suas reivindicações ouvidas.

Entre as ações, o Fórum vai agendar uma audiência pública com o secretário de Agricultura, Antônio Ceron, para que disponibilize recursos do setor aos produtores locais.



Moradores assistem às imagens da tragédia que abateu região em novembro